



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_. DE 2017

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para debater experiências exitosas adotadas nas escolas do Brasil, Chile e Uruguai, no combate à violência contra estudantes LGBT.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, a realização de audiência pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para debater experiências exitosas adotadas nas escolas do Brasil, Chile e Uruguai, no combate à violência contra estudantes LGBT. Solicitamos sejam convidados/as:

- I) **Carlos Magno Silva Fonseca**, Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT;
- II) **Ivana de Siqueira**, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação;
- III) **Julio Dantas**, Presidente da Fundación Todo Mejora (Chile);
- IV) **Eduardo Deschamps**, Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE;
- V) **Camila Lanes**, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES;
- VI) **Deborah Duprat**, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federa;
- VII) Representante da UNESCO no Brasil;
- VIII) Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania;

### JUSTIFICAÇÃO

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional com Adolescentes e Jovens LGBT, realizada neste ano em seis países - Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Colômbia, reuniu subsídios importantes para fundamentar a adoção de políticas públicas necessárias que possibilitem transformar as instituições educacionais em ambientes mais seguros e acolhedores para estudantes LGBT.

O Brasil e o mundo assistiram, a partir de maio de 2016, o desenrolar de um golpe parlamentar que feriu gravemente a nossa Constituição, permitindo que esta Casa cassasse o mandato da presidenta Dilma Rousseff mesmo sem ela ter cometido crime de responsabilidade. Esse fato nefasto manchou nossa história e traz cada vez mais consequências desastrosas para

a nossa população, em razão da falta de comprometimento do atual governo com as políticas públicas sociais, sobretudo aquelas voltadas para as minorias.

Entre esses retrocessos está a interrupção das políticas voltadas para o respeito aos direitos humanos, com a compreensão e aceitação das diversidades, especialmente no ambiente escolar. Onde antes havia um trabalho de se acabar com preconceitos, de valorização do ser humanos, de respeito às diferenças, agora tentam impedir a livre expressão de professores e inibir o pensamento crítico de alunos. O Brasil vive um retrocesso na agenda progressista que vinha sendo implementada, ao lado dos movimentos sociais, por uma educação inclusiva e de qualidade.

Os resultados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional com Adolescentes e Jovens LGBT, mostram que, apesar de todos os esforços, ainda estamos bem distantes da realidade de aceitação do outro que queremos em um mundo justo e igualitário. Após os alarmantes resultados apresentados na pesquisa realizada no Brasil, na qual 73% dos estudantes LGBT sofrem *bullying*, 60% se sentem inseguros no ambiente escolar e 37% apanham ou apanharam dentro das escolas, é urgente que avancemos nas políticas públicas educacionais que venham promover um ambiente escolar pacífico e justo a todos e todas os/as estudantes.

Assim, consideramos oportuno conhecer e fazer um debate sobre experiências exitosas que podem ser compartilhadas entre os países-irmãos da nossa América do Sul. São experiências que deram certo em instituições educacionais em relação ao respeito pela diversidade humana.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**